

O comportamento estratégico
das elites económicas alentejanas
face à actividade industrial:
algumas evidências a partir da região
de Évora (1880-1926) *

Paulo Guimarães

Universidade de Évora

O comportamento económico das elites alentejanas tem sido caracterizado pelo *tradicionalismo*, consubstanciado na orientação preferencial do investimento para a imobilização fundiária, por um lado, no *absentismo* e no imobilismo tecnológico na esfera agrícola, principal campo de actividade daquele grupo, por outro. Esta *imagem*, reforçada por aquela vertente ideológica que o grupo (ou uma parte significativa dele) abraçaria à entrada do século xx, foi questionada e objecto de revisão nos últimos anos¹. Sem que se negue hoje a orientação fundiária do grupo, a interpretação do fenómeno diverge, porém, no sentido atribuído a esse comportamento: longe de uma *tara*, estamos perante o resultado lógico das circunstâncias que conduziram a um processo de integração do Alentejo numa

* Este texto esteve na base da comunicação apresentada no Seminário «Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)» que decorreu na Universidade de Évora em 3 e 4 de Junho de 2002.

¹ REIS, J.: «Lei da fome: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)», *Análise Social*, vol. XV, 60, 1979, e «Latifúndio e Progresso Técnico no Alentejo. A difusão da debilidade mecânica no Alentejo, 1860-1930», *Análise Social*, 71, Lisboa, 1982, pp. 371-431; FONSECA, H.: *Para o estudo dos investidores alentejanos: os lavradores da comarca de Évora no final do Antigo Regime. Alguns aspectos*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1987 (Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XXII), e *O Alentejo no Século XIX. Economia e atitudes económicas no Alentejo Oitocentista*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996, e CARDOSO MATOS, A.; MARTINS, C., e BETTENCOURT, L. (coord.): *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832-1889)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982 (prefácio de Jaime Reis).

região económica liderada por Lisboa². O fraco nível de participação em empreendimentos industriais e mineiros que podemos encontrar nos finais de Oitocentos traduz, nesta perspectiva, uma experiência adquirida em trajectórias frequentemente marcadas por insucessos. A orientação no sentido da especialização agrícola foi assim ditada pelo simples bom-senso³. Neste contexto, o protecționismo que saiu dos dois Congressos Agrícolas realizados em Lisboa em 1888 e 1889, reforçado depois em 1899, acabou por contribuir para a modernização da *lavoura alentejana* e para absorver uma população em crescimento rápido⁴.

Apesar dos contributos que têm vindo a ser dados por esta historiografia, tem-se deixado de fora a análise do comportamento económico deste grupo a partir da primeira década do século passado. Em que medida (e em que sentido) se poderá defender, no novo século, a continuidade com práticas anteriores? Ou assistir-se-á, pelo contrário, a uma alteração nas atitudes, facto que corresponderia à emergência de novas propostas ideológicas anti-modernas que teriam cativado as gerações pós-1890?

Este estudo, centrado na região de Évora, pretende surpreender a relação entre as elites e a actividade industrial entre os finais do século XIX e o primeiro quartel do século XX. Abriu este período a *crise agrícola* que acompanhou a industrialização do sector alimentar e com repercussões directas sobre as grandes produções da *lavoura* do sul. Constituíram-se a partir de então empresas que exigiram avultadas somas de capital e elevada capacidade técnica e de gestão. A moagem de cereais e a panificação conheceram grandes desenvolvimentos tecnológicos, tornaram-se indústrias *de massa* que marcaram a transição para uma nova era marcada pelo urbanismo. Generalizou-se a produção de farinha superfina pelo processo Austro-Húngaro, a produção de massas e de bolachas de qualidade. Enfim, nasceram as *padarias mecânicas*, as pastelarias e confeitarias como

² FONSECA, H.: «Elites agrárias e crescimento económico na periferia portuguesa do século XIX: o exemplo do Alentejo na era liberal (1850-1910)», *Análise Social*, 146/147, XXXIII, 2.º-3.º, 1996, pp. 497-538, onde se retoma a tese de *O Alentejo no século XIX...* V. tb. JUSTINO, D.: *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1988-1989.

³ FONSECA, H.: *O Alentejo...*, pp. 427-431.

⁴ REIS, J.: «A lei da fome...», art. cit. V. tb. BERNARDO, M.^a A.: «Les elites agraires portugaises aux XIXe. siècle: entre groupes de pression et associations», *Histoire, Economie et Société*, 2.º trim., 16.º ano, 2, 1997, pp.189-202.

verdadeiras unidades industriais. O azeite perdeu o monopólio que tinha na iluminação e como lubrificante, para sofrer ainda a concorrência no ramo alimentar dos óleos coloniais. As conservas de peixe, uma indústria em expansão, eram uma oportunidade para os lavradores mas exigiam o azeite *extra-fino*⁵. Também aqui a qualificação do produto através das marcas constituiu uma das saídas possíveis para o desafio que se enfrentava. Generalizou-se gradualmente o processo italiano de produção de azeite refinado (o sistema Veracci) e, mais tarde, a extracção de óleo a partir das borras de azeite que antes serviam apenas para alimentar os porcos. O consumo burguês, cada vez mais sofisticado, conduziu à multiplicação das indústrias de conservas alimentares e, colocando as novas fontes de energia ao seu dispor, suscitou o desenvolvimento das fábricas de gelo e de refrigerantes. No ramo das bebidas alcoólicas, foi crescente diversificação da oferta. Generalizaram-se as marcas, ou melhor, a venda do produto apresentado pelo produtor, identificado por um nome registado, defendido por um processo de fabrico e pronto para consumo. Tal estratégia de *qualificação*, articulada com o consumo de massa, não deixou igualmente de afectar as bebidas correntes como o vinho e a aguardente.

⁵ Veja-se os relatórios de Adriano Monteiro no *Boletim do Trabalho Industrial* e, em especial, a *Estatística Industrial de 1903-1904*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905. Para a evolução da indústria moageira em Portugal, sob o ponto de vista das tecnologias e económico, veja-se BAPTISTA, J. A.: *Breves considerações sobre a industria da moagem em Portugal*, Lisboa, 1908; PROTES, P.: *Indústria alimentar*, 2.^a ed., Lisboa, (s.d.); ALVES, F., e SALREU, A.: *A moagem*, Lisboa, 1924; COSTA, F.: «Da indústria da moagem», *Boletim da Direcção Geral dos Serviços Industriais*, ano V, 1953, 250-254, pp. 653-662, 669-676, 685-691, 701-705 y 715-719, e PINTO LOUREIRO, F.: *A indústria da moagem ao serviço da Nação. Esboço histórico-económico*, Lisboa, 1961. Para as tecnologias antigas veja-se DIAS, J., e outros: *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, azenhas e atafonas*, 2 vols., Porto, INIC/Centro de Estudos de Tecnologia Peninsular, 1959; CORREIA BORGES, N.: «A farinação através dos tempos», *História*, 26-30, 1980-1981, pp. 37-43, 62-69, 66-74 e 7-82, respectivamente. Sobre a moagem no Antigo Regime, veja-se COUTO FERREIRA, J. A.: *A dessacralização do Pão. Políticas de abastecimento no Antigo Regime: do Concelho ao Estado Iluminista*, Porto, Campo das Letras, 1995. O mesmo autor fez uma tentativa de síntese para a história contemporânea portuguesa com *Farinhas, Moinhos e Moagens*, Lisboa, âncora, 1999. Para Espanha, que teve uma evolução análoga, veja-se o estudo recente de MORENO LÁZARO, J.: «Las transformaciones tecnológicas de la industria harinera española, 1880-1913», em LÓPEZ GARCÍA, S., y VALDALISO, J. M.^a (eds.): *Que inventen ellos? Tecnología, empresa y cambio económico en la España contemporánea*, Madrid, Alianza Universitaria, 1998, pp. 213-248.

No sector corticeiro, as transformações foram igualmente radicais. O aparecimento da indústria dos aglomerados (branco e negro) diversificou as aplicações da cortiça. Porém, as novas indústrias de cortiça requeriam investimentos pesados e uma sofisticada rede comercial. O fabrico da rolha mecanizou-se.

A emergência do consumo de *luxo* e de *massa* acentuou a autonomização empresarial das produções agro-industriais e teve como consequência a breve trecho a subordinação da agricultura aos interesses industriais, pois, cada vez mais, os produtos agrícolas constituíam matérias-primas industriais.

Foi sob este pano de fundo, em que a modernidade, apresentada sob a forma de novos meios técnicos, produtos, processos de fabrico e de máquinas-ferramenta disponíveis, tanto poderia aparecer como uma oportunidade ou como uma ameaça a posições adquiridas, que desenvolvemos esta investigação. Importava identificar as novas iniciativas industriais na região, os seus principais protagonistas e o seu destino. Estiveram as elites fundiárias ausentes deste processo?

1. Homogeneidade e diversidade no comportamento económico das elites eborenses

A nossa análise partiu do pressuposto que os núcleos familiares que compunham as elites regionais podem ser identificadas nominalmente a partir das matrizes prediais e que qualquer forma de participação em actividades industriais pode ser identificada, em nome próprio ou através de participação em sociedades, a partir do lançamento da contribuição industrial⁶. O cruzamento desta informação permitiu-nos identificar, então, a extensão da participação daquele grupo nos negócios exteriores à terra, por um lado, e o nível de envolvimento nos interesses fundiários dos grupos superiores ligados ao comércio e à indústria, por outro. Uma terceira fonte —os registos notariais— contribuiu para identificar padrões de comportamento económico a partir dos actos registados. Finalmente, verificou-se a participação nas sociedades constituídas entre 1890 e 1960 que foram registadas em Évora.

⁶ Deixámos de lado, nesta análise, os interesses mineiros.

Algumas considerações devem ser feitas sobre estas fontes na óptica que aqui nos interessa. O rendimento fundiário que estava na base do lançamento do imposto predial era registado nas matrizes de acordo com as produções apuradas. A partir daqui elaboravam-se os mapas da repartição do imposto pelos contribuintes. As críticas que se faziam a este processo prendiam-se com a própria justiça dos valores atribuídos e com a forma da repartição do imposto⁷. Tal como sucedeu em Espanha e Itália nos finais do século XIX, a revisão dos cadastros prediais tornou-se objecto de forte contenda política⁸. A nomeação de Gerard Pery como alto comissário régio e os seus trabalhos sobre economia agrícola tinham este fim⁹. Apesar disto, devemos considerar as eventuais distorções nos rendimentos apurados sobre a terra para efeitos fiscais como sendo do mesmo teor para *todos* os indivíduos nos grupos do topo. Consideramos estes valores *válidos* na medida em que estabeleciam uma hierarquização entre fortunas, fixando posições relativas que correspondiam, efectivamente, aos níveis de riqueza.

No caso do concelho de Évora, o Mapa da Repartição da Contribuição Predial para o ano de 1890 registou 1.789 contribuintes com um rendimento colectável total estimado em 282,2 contos de réis. Este valor representava pouco mais de 10 % do valor atribuído por Hélder Fonseca para o produto agrícola na região de Évora no início do século¹⁰. O universo seleccionado contemplou 116 contribuintes com um rendimento avaliado em mais de 300 mil réis anuais, aos quais juntámos mais 12 que apresentavam títulos nobiliárquicos ou laços de parentesco directos com o grupo anterior. Este grupo contribuía com 183 contos, ou seja, 64,9 % do total do concelho.

⁷ V. por exemplo as críticas de ANDRADE, A.: *Política, Economia e Finanças*, Coimbra, 1925, p. 11: «Com uma capitação tributária directa mais leve do que em outros países, pesa mais entre nós o imposto, por incidir sobre uma riqueza colectável menor e mal distribuída». V. tb. MOREIRA, V.: «Reformas Tributárias. Os Códigos da Contribuição Industrial e da Contribuição Predial e do Imposto sobre Indústria Agrícola», *Revista de Economia*, XV, fasc. IV, Dez. 1963.

⁸ CARDOZA, A. L.: *Agrarian Elites and Italian Fascism. The Province of Bologna, 1901-1926*, Princeton, Princeton University Press, 1982, e ZAMAGNI, V.: *The Economic History of Italy 1860-1990*, Oxford, Clarendon Press, 1993.

⁹ PERY, G. A.: *Estatística agrícola do distrito de Beja (Concelhos de Beja, Cuba, Alvito et Vidigueira)*, 4 vols., Lisboa, 1883-1886.

¹⁰ *O Alentejo...* 1996, p. 111, Tabela 23.

TABELA 1

<i>Classe de rendimentos</i>	<i>Contribuintes</i>	<i>Donas</i>	<i>Nobreza titulada</i>	<i>Rendimento da Nobreza titulada</i>	<i>Rendimento colectável</i>
>10.000	3	—	—	—	41,2
>5.000<=10.000	4	—	2	13,6	25,5
>1.000<=5.000	38	7	5	14,7	71,9
>500<=1.000	46	12	3	2,2	32,5
<500	37	6	3	0,4	11,9
TOTAL	128	25	13	30,9	183,0

Fonte: Arquivo Distrital de Évora/Repartição de Finanças, *Mapa da Repartição da Contribuição Predial, 1890*. Valores dos rendimentos em contos de réis.

A Tabela 1 mostra-nos a repartição dos maiores contribuintes prediais de Évora por classes de rendimento em 1890, distinguindo as mulheres identificadas como donas e os indivíduos conhecidos pelo título nobiliárquico que usavam em vez do nome¹¹. Nela fica patente a enorme disparidade na distribuição das grandes fortunas. A maior fortuna individual, a de Francisco Eduardo Barahona Frago, aparecia com um rendimento avaliado em cerca de 17 contos de réis anuais e era constituída por 116 propriedades rurais e urbanas que se distribuía por 12 freguesias do concelho¹². Seguiam-lhe 3 notáveis residentes em Lisboa: Carlos Maria Eugénio de Almeida, com 12,3 contos de rendimento e 29 propriedades, Francisco Simões Margiochi com 22 propriedades e 11,9 contos, e o duque de Palmela com os 7,6 contos que lhe rendiam as 18 propriedades nas freguesias da Sé, Torre, São Jordão, Tourega e São Brás. Seguiam-lhes depois o lavrador e proprietário eborense Matias Piteira Fernandes com 44 propriedades e 6,7 contos anuais. O conde das Galveias, o conde da Costa e o marquês de Monfalim eram títulos que seguiam numa lista graduada de rendimentos que descia aos 2 contos anuais, faixa onde vamos encontrar a maioria das grandes fortunas.

¹¹ Consideraram-se aqui como maiores contribuintes prediais aqueles cujo rendimento fiscal foi computado em mais de 300 mil réis anuais.

¹² A contabilização das propriedades foi feita de acordo com a descrição dos «artigos» no caderno de lançamento fiscal. Neste texto, «propriedades» e «artigos» devem considerar-se expressões sinónimas.

Por estarmos perante uma fonte que descreve os proprietários do concelho de Évora, não podemos identificar de imediato esta graduação com a situação real dos seus titulares. De facto, alguns dos *pequenos* contribuintes nesta lista eram-no porque a maioria dos seus prédios não se localizava em Évora. Tal sucedia, por exemplo, com a casa Pessanha (ou Passanha) cuja sede estava em Ferreira do Alentejo.

Por outro lado, importa considerar o grupo familiar, tal como se pode perceber pelos apelidos comuns ou cruzados (Tabela 2). Este elevado grau de endogamia, já sublinhado por Helder Fonseca, exprime-se aqui no facto de 53 contribuintes do topo representarem apenas 15 núcleos familiares, os quais detinham perto de metade

TABELA 2

<i>Apelidos</i>	<i>Contribuintes</i>	<i>Propriedades</i>	<i>Rendimento anual colectável</i>
Fragoso	3	144	19,5
Eugénio de Almeida	2	33	15,3
Piteira e Fernandes	6	74	10,3
Amaral	3	32	5,1
Vaz Freire	6	61	5,0
Matos Peres, Matos Fernandes e Sousa Matos	7	55	4,6
Machado	4	52	3,7
Oliveira Soares	3	28	3,1
Gomes Ramalho	4	28	2,9
Cabreira	3	55	2,5
Marçal	4	47	2,4
Carvalho	2	16	2,1
Bugalho	2	25	1,9
Pessanha	2	18	1,7
Paquete	2	23	0,8
Total do deste grupo	53	691	80,9

Fonte e legenda: Ver Tabela 1.